

# Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmiento

## **CICLO DE CONFERÊNCIAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE MARTINS SARMENTO. GUIMARÃES BERÇO DA ALIANÇA.**

PINTO, Sérgio da Silva

Ano: 1953 | Número: 63

---

### **Como citar este documento:**

PINTO, Sérgio da Silva, Ciclo de Conferências Públicas na Sociedade Martins Sarmiento. Guimarães berço da aliança. *Revista de Guimarães*, 63 (3-4) Jul.-Dez. 1953, p. 476-500.

---

Casa de Sarmiento  
Centro de Estudos do Património  
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmiento, 51  
4800-432 Guimarães  
E-mail: [geral@csarmiento.uminho.pt](mailto:geral@csarmiento.uminho.pt)  
URL: [www.csarmiento.uminho.pt](http://www.csarmiento.uminho.pt)



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons  
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

## Ciclo de Conferências públicas na Sociedade Martins Sarmiento

integradas nas Comemorações cívicas da Cidade de  
Guimarães e realizadas em Julho e Agosto de 1953

---

Fazendo parte das manifestações de carácter cultural, integradas nas festas do Centenário da «Cidade» de Guimarães e do Milenário da sua existência histórica, que no corrente ano tiveram lugar, realizaram-se no Salão Nobre da Sociedade Martins Sarmiento diversas Conferências, promovidas pela Câmara Municipal e pela nossa Colectividade em colaboração com aquele organismo oficial.

Em 12 de Julho teve lugar a primeira Conferência deste ciclo proferida pelo Sr. Dr. Sérgio da Silva Pinto, Vereador do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Braga, comemorando a passagem da data da assinatura, na freguesia de Tãgilde, deste Concelho de Guimarães, do primeiro Tratado de Aliança anglo-lusa. Intitulou-a o ilustre Conferencista — *Guimarães, Berço da Aliança*.

Em 14 de Julho proferiu o Sr. Prof. Dr. Luís de Pina, da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, a segunda Conferência, subordinada ao título — *Alfoz das Letras e da História vimezanenses*.

Em 24 falou o Sr. Dr. Hugo de Almeida, distinto jurista, sobre — *Jornalismo Vimezanense. Lição vibrante de amor à Terra*.

Finalmente, em 13 de Agosto, encerrou a série o Sr. Prof. Dr. António Luís Gomes, prestigioso Director Geral da Fazenda Pública e Presidente do Conselho Administrativo da Fundação da Casa de Bragança, proferindo nesta Sociedade uma Conferência de carácter histórico e económico, cujo tema foi — *Poupar é um bem? — Grandezas e malefícios da poupança*.

Pelos autores destas notáveis Conferências, que tiveram lugar na nossa Instituição, foi-nos dado o

honroso consentimento para a publicação, na íntegra, dos seus trabalhos nas páginas desta Revista. Outros discursos brilhantes foram proferidos, por ocasião das comemorações do Centenário e Milenário da Cidade, em diversos lugares, por conferencistas e oradores igualmente prestigiosos. Seria interessante que a Câmara Municipal editasse, em volume especial, todas estas magníficas peças oratórias, que ficariam a perpetuar, em formosa Colectânea, tudo quanto de nobre e elevado se proclamou em Guimarães, neste Ano Áureo do Jubileu da vetusta Cidade, Berço de Portugal.

Como antecipação dessa Colectânea, se ela vier a publicar-se, aqui deixamos, nesta Revista, transcritas as Conferências que tiveram lugar na sede da nossa Instituição.

---

## Primeira Conferência

Pelo SR. DOUTOR SÉRGIO DA SILVA PINTO

---

Presidiu o Sr. Governador Civil do Distrito, ladoado pelo Sr. Wolstan Weld-Forester, Consul Geral Britânico no Porto, e pelo Presidente da Sociedade Martins Sarmiento, fazendo a apresentação do Conferencista o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Guimarães nos seguintes termos:

Minhas Senhoras e meus Senhores:

As singelas e despreziosas palavras que vou proferir não têm a mínima veleidade de apresentação do ilustre Conferente desta noite. Dispensa-a perfeitamente o seu nome já bem conhecido dos meios cultos do país e, duma maneira muito particular no Norte, onde ocupa um lugar de merecido relevo.

Apaixonado cultor dos trabalhos de investigação histórica, tem posto ao serviço desta ciência grande seriedade e elevada probidade, qualidades indispensáveis, e das melhores, em quem pratica estudos desta natureza, o que mais avulta a sua personalidade.

Licenciado em Ciências Históricas e Filosóficas na Universidade de Coimbra em 1939, com elevada classificação, foi um dos estudantes mais distintos da sua geração, e cedo começou a marcar um lugar de destacado relevo nos meios cultos.

Fundou e dirige a revista cultural «Bracara Augusta» que tem hoje larga projecção entre os eruditos.

A sua obra alcança já uma longa série de trabalhos, merecendo especial referência os seus escritos sobre Francisco Sanches, sendo o organizador da Exposição bio-bibliográfica do grande filósofo, cuja importância e destacado interesse está bem patente no seu magnífico catálogo.

Como Vereador do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Braga tem sido notável a sua acção posta ao serviço da propaganda e larga divulgação dos valores daquela nobre cidade.

O seu magnífico trabalho, sobre o primeiro tratado de Aliança anglo-português, que tanta luz veio trazer pondo no devido lugar um assunto já versado pelo «maior cronista de todas as épocas e nações» — Fernão Lopes, e, posteriormente, por historiadores de nome consagrado, altamente nos desvanece, pois representa um importante serviço prestado à história da nossa Terra.

Pela honra que hoje nos dá de vir a esta Casa, Instituição cultural admirável, apresentar um trabalho de título tão sugestivo, que já por si marca o seu destacado interesse, «Guimarães — berço da Aliança», manifesto a V. Ex.<sup>a</sup>, em nome da Câmara Municipal, o mais vivo e indelével reconhecimento.

Em seguida, foi dada a palavra ao Conferencista, que desenvolveu o tema :

### Guimarães, Berço da Aliança (\*)



Dr. Sérgio da Silva Pinto

*Escritor e Vereador do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Braga*

Neste ano evocativo do natal de Guimarães, berço da Monarquia, todo o coração português, com legítimo orgulho e indizível emoção, revive as suas gloriosas efemérides, que à Pátria e ao mundo também pertencem. Guimarães é o solar da nossa história; e esta, sabido é, fulgura, em deslumbrante projecção, na história da humanidade.

(\*) — A prioridade da publicação desta Conferência foi dada pelo autor à Revista vimaranense «Gál Vicente».

Os olhos de Portugal volvem-se, nesta hora solene, para o lugar sagrado onde nasceu. Os cruzados, ao chegarem, outrora, à cidade santa de Jerusalém, beijavam aquele chão de bênçãos perfumado, berço do Cristianismo. Cidade santa da Nacionalidade, berço da Civilização portuguesa, da expansão heróica e universal da Raça, também o é Guimarães. Igualmente devemos, os Portugueses, de alma grande em pedaços pelo mundo repartida, beijar em espírito o solo bendito vimaranense, Pátria de Portugal.

Mas Guimarães não é apenas a vila de Vimaranes, antropónimo que lembra sangue suevo, o sítio ameno onde Mumadona levanta os alicerces do burgo medieval — o mosteiro, no sopé do Monte Largo, e a fortaleza, lá no alto —, os Lugares Santos das primeiras batalhas do moço Infante D. Afonso, talhando a independência da Pátria.

Não é apenas a Corte dos primeiros reis, donde, armados de ferro, partem para alargar e consolidar o nascente Reino.

Não é apenas, também, o primeiro centro de arte dentro dos limites portugueses, como ensinou Carolina Michaëlis, ou o centro vital da primeira elaboração poética, como disse Teófilo Braga.

Não é apenas o friso rutilante dos priores da Colegiada, onde brilha um Pedro Hispano, mestre supremo na medicina e nas ciências lógicas da Idade Média, o verdadeiro criador do método escolástico, e Sumo Pontífice da Igreja, sob o nome de João XXI.

Guimarães irradia no tempo e no espaço muito para além. Projecta-se na pré-história de Portugal. Patenteia-se na majestade megalítica da Penha, nos venerandos castros do seu termo, nos inumeráveis vestígios ancestrais das suas oitenta freguesias. É a síntese da ante-história portuguesa, lareira da Grei, resumo da Nação.

Aqui se descobrem as nascentes de Portugal, os pródromos longevos da Pátria. Aqui se revela a individualidade etnológica e cultural do último ocidente, da faixa atlântico-portuguesa que nos singulariza e aparta no âmbito do grande mosaico ibérico, desde

o Neo-eneolítico, como assinala o mestre da arqueologia peninsular Bosch Gimpera (1).

Guimarães é o símbolo da Oestrymnis de Avieno, da Lusitânia primitiva de Estrabão, que se estendia, por toda a orla ocidental, desde o Cantábrico ao Algarve. Os seus monumentos e achados pré-históricos, relíquias sobreviventes das idades da pedra, do bronze e do ferro, — mamoas, dólmenes, castros, espólios coleccionados neste Museu — proclamam a pujança do grande círculo cultural da civilização megalítica, que do Ocidente ibérico irradiou até às ilhas Britânicas, e a epopeia dos baluartes castrejos batalhando pela liberdade, pondo em cheque as legiões romanas, exalçando, na Península, a diferenciação constante dos atlantes-lusos, a nossa persistente continuidade histórica (2).

Se a história denuncia tendências gerais, como se afirma hoje (3), e se a aliança luso-britânica é elemento essencial da Nação portuguesa, que admira, portanto, ter sido Guimarães ainda o berço dessa aliança famosa e perdurável?!

Neste cantinho do mundo português, onde primeiro se ouviu o brado solene da nossa independência, ele se repete, por meio da Aliança, a qual, na verdade, é outra afirmação da nossa personalidade histórica e geográfica, a apontar o nosso destino oceânico, vocação centrífuga contraposta à terra.

No meio das notáveis estações arqueológicas vimaranenses, que dominam o Passado, notadamente Penha, Briteiros, Sabroso, Tãgilde — palpitam as antiquíssimas seivas que unem, desde logo, os Povos

---

(1) *Revista de Occidente*, ano III, n.º 26, pág. 174. Ver do mesmo Autor: *Etnologia de la Península Ibérica*, Barcelona, 1932, e *La formación de los Pueblos de España*, México, 1945.

(2) Lógicamente é um vimaranense, Martins Sarmiento, o fundador da pré-história lusitana, o vidente dos fundamentos ontogenéticos de Portugal.

(3) Cf. Sílvio de Lima, *O Determinismo, o Acaso e a Previsão na História*, Coimbra, 1944.

lusíadas e britânicos. Assim o círculo dolmênico português, o império megalítico dos atlantes-lusos, e o círculo castrejo lusitano, a confederação indomável dos nossos castros, têm réplicas perfeitas na Grã-Bretanha e Irlanda. São os próprios arqueólogos britânicos a afirmar povoamentos das suas ilhas, verdadeiras colonizações, provindas de Portugal, nessas idades remotas.

Ainda há pouco o repetiu Stuart Piggott (1) em relação aos começos do bronze, e Gordon Childe (2) no tocante à idade do ferro. Aquele, salienta a frequência das gravuras rupestres, típicas, de Sabroso, na Irlanda (Kerry e Wicklow); este, regista a semelhança dos paredões que rodeiam os ópidos da Cornualha com a imponente cintura sabrosina.

Nas *Praias do Mar* ou *Ora Marítima* de Avieno, que neste poema reproduz velhos anais fenícios, bem se retrata, segundo aviso de um autor moderno, o nosso eminente amigo Dr. Francisco José Velozo (3), a idiosincrasia constante dos Oestrymni, os arquívós de Portugueses e Ingleses.

«*Vive por aqui*— por aqui, nos versos de Avieno, é Portugal, Galiza, Bretanha e Ilhas britânicas—,

Vive por aqui um Povo numeroso  
De ativo ânimo e engenho eficiente;  
Ocupa toda esta gente constante negociar;  
Ao longe os mares perturbam em múltiplos batéis;  
E o pélagos sulcam, povoado de monstros.

Esta comunidade originária dos Povos luso-britânicos, como judiciosamente aclara o mesmo autor, ainda é reforçada pelo contributo britano-celta, pela

(1) Stuart Piggott, *Relações entre Portugal e as Ilhas Britânicas nos começos da Idade do Bronze*, in-*Revista de Guimarães*, vol. LVII, n.º 3-4, 1947.

(2) Gordon Childe, *Algumas analogias das cerâmicas pré-históricas britânicas com as portuguesas*, in-*Revista de Guimarães*, Vol. LX, n.º 1-2, 1950.

(3) Francisco José Velozo, *Oestrymni (Atlantida-Campo Elíseo)*, in-*Bracara Augusta*, vol. IV, n.º 4, 1953.

colonização romana e pela migração suévica (Quados na Lusitânia, Anglos na Grã-Bretanha)» (1).

«Nem o nordicismo lá, nem o meridionalismo cá, seja qual for a forma illusória que revistam, nem divergências religiosas ou ventos da moda, — declara Velozo —, podem ofuscar a verdade fundamental da convergência de interesses e similitude de vocações dos nossos Povos, no concerto das Nações, e na História da Civilização».

\*

Pedimos vénia para falar, neste momento, embora fugazmente, do valor da Aliança inglesa, diante de um tão selecto auditório e de V. Ex.<sup>a</sup>, Senhor Cônsul Geral de Sua Majestade Britânica, um diplomata tão ilustre.

Cabe-nos realçar, na justa medida, a importância do Tratado inicial de Tãgilde, que ora solenizamos. Entramos, por isso, no assunto, não no campo da Diplomacia ou do Direito Internacional, onde seríamos hóspede desastrado; mas sim no terreno da história, onde como estudante nos movemos habitualmente.

Portugal precisava de enfrentar a nucleação dos Povos ibéricos em torno de Castela. Duplo plano inclinado para o mar, o mar tinha que ser a estrada azul do seu destino. Graças ao génio dos seus Príncipes, o mar será o espaço das suas maravilhosas empresas ecuménicas e, ao mesmo tempo, a garantia contra a política do arredondamento hispânico. Como consequência principalíssima desta tendência histórica, veremos, surge com D. Fernando, esse mo-

---

(1) O paralelismo das nossas histórias, o mesmo escritor, no mesmo trabalho, o sublinha em admirável síntese: o sistema dos laços comerciais e políticos que nos uniram através dos tempos; a religiosidade constante, mas sem arroubos do misticismo; a índole pacífica e o pendor mercantil; o génio colonizador, embora em sentidos divergentes; o tradicionalismo tenaz dos nossos Povos que resistiu e resiste a todas as tentativas hostis; a vida e vocação marinheiras.

narca ainda tão mal conhecido, a multiseccular sociedade política anglo-portuguesa, cujas primeiras datas nos reúnem hoje aqui.

A Aliança reflecte-se, largamente, na história dos dois Povos. Citemos, para ilustrar este ponto de vista, dois momentos culminantes.

1385. Aljubarrota! Salvamos nós a independência. E o que vale Aljubarrota para a Inglaterra? Neste prélio, enquadrado na Guerra dos Cem Anos, batalham os que defendem o Papa de Roma — portugueses com arceiros ingleses — contra as hostes do Papa de Avinhão — castelhanos e cavaleiros franceses. Ali a Inglaterra defende a sua existência livre tanto ou mais do que Portugal. Se ambos perdessemos, resistiria ao bloco franco-ibérico, às suas três marinhas unidas, a Inglaterra, numa altura em que não era ainda potência naval de primeira grandeza?

1807-1813. Aventura de Napoleão! A transferência da Corte portuguesa para o Brasil salva-nos a soberania. Esta retirada fazia parte de um plano nacional e também de uma combinação com a Inglaterra. Se o Príncipe D. João não sáísse com os nossos navios, que Napoleão, depois de Aboukir e Trafalgar, mais que tudo cobiçava, a Inglaterra não seria poupada à invasão, ao desembarque nas suas costas. Nós perderíamos a esquadra, as colónias, o Império brasileiro e, com este, talvez a independência futura. E a Inglaterra? Limitada à sua ilha, depois do bloqueio continental, sem a nossa fidelidade, sem a nossa faixa atlântica, independentemente do risco da invasão com os nossos barcos, não venceria, em terra, pelo menos tão facilmente, as águias napoleónicas.

Quando Artur Wellesley chegou a Portugal encontrou já um país levantado contra os intrusos. Se em vez disto, o Príncipe português estivesse preso em Lisboa, as forças luso-britânicas não triunfariam em Roliça e Vimeiro, no Buçaco e em Torres Vedras, nem iriam pela Espanha acima, de vitória em vitória, até à França. O próprio Bonaparte, no Memorial escrito em Santa Helena, confessa: « A Inglaterra, desde então, pôde continuar a guerra... *C'est ce qui ma perdu!* »

Que deve o mundo todo à Aliança? Deve-lhe pelo menos a inclita geração dos altos infantes, e assim o homem mais extraordinário do século xv: D. Henrique, o Navegador. Filho de um rei português e sobrinho de um rei inglês — filho de um casamento resolvido em última deliberação aqui em Guimarães, como atesta D. João I na sua carta que o anuncia às cidades e vilas do Reino (1) —, D. Henrique rompe as portas de bronze do mundo moderno, instaura na terra uma nova idade. Muda o eixo da Civilização do Mediterrâneo para o Atlântico. Inicia a unificação geográfica do planeta. Cria uma cultura nova radicada na experiência. Salva a Europa da ameaça do Islão com o plano de o bater na Índia, base económica da sua força. No dizer de uma escritora inglesa, Elaine Sanceau (2): «realizou a maior transformação que o mundo vira e viu ainda até hoje». Ora isto foi, como é óbvio, umas das consequências universais da Aliança luso-britânica.

\*

Voltemos a D. Fernando. Voltemos ao ponto de partida da Aliança. Ou, como bem define o historiador britânico Russel (3) ao «arquitecto português da aliança inglesa». O mesmo é voltar a Guimarães, reencontrarmo-nos no berço da Monarquia, no berço da Aliança. Com o culto da verdade, rememoremos essa figura de Príncipe que inaugura uma das raras Alianças que contam séculos na vida dos Povos.

A história serena, indiferente a fins pragmáticos, quer negativistas, como a do século xix, quer apologistas, tentada a mudar o sinal, a pô-lo do avesso, como diria Fidelino de Figueiredo, — a história positiva, visando unicamente o «esplendor tranqüilo da

---

(1) Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, cap. cxiv.

(2) Elaine Sanceau, *D. Henrique, o Navegador*, Porto, 1949, pág. 350.

(3) P. E. Russel, *As Fontes de Fernão Lopes*, Coimbra, 1941, pág. 23.

verdade», segundo o conceito feliz de Bernheim, revela-nos ou vem-nos revelando, pouco a pouco, um D. Fernando novo, extraído sem malabarismos dos documentos. Sem ser um super-homem, não é o versátil e fraco rei que uma historiografia romântica apontava.

A causa desta desfiguração, causa sem culpa, foi, diga-se de passagem, Fernão Lopes, «um dos mais esplêndidos legados que a Idade Média deixou à humanidade», na expressão do inglês Aubrey Bell (1). O grande cronista, «o maior de todas as épocas e nações», no dizer de Robert Southey, no que toca a D. Fernando, não tem sido lido e analisado com aquela prudência que a crítica moderna exige de todo o testemunho histórico, mormente se de fontes narrativas medievais se trata (2). Com ser honesto e objectivo, não é isento de certa dramatização, em que aliás se mostra sumo artista, nem de certas tendências e de erros ou lapsos que, gradualmente, se têm apurado. As suas crónicas, designadamente a de D. Pedro e a de D. Fernando, são um rosário realista de episódios, de sucessos célebres, em que, como nota Herculano, «não há só história, há poesia e drama».

Ora D. Fernando, visto para além do entrancado vivo, mas assaz restrito, que caracteriza a historiografia do grande cronista, visto em correlação com o meio ambiente, as condições económicas, as correntes de ideias, a estrutura das classes, as aspirações colectivas, surge-nos, no tablado da história, mais compreensivo, mais nítido, mais real.

A provar isto mesmo, recorde-se um acontecimento de indiscutível relevância social, que Fernão Lopes não menciona e cuja evocação comoverá de certeza todo o peito vimaranense. Em extenso pergaminho, datado de 20 de Setembro de 1369, D. Fer-

---

(1) Aubrey F. G. Bell, *Fernão Lopes*, Lisboa, 1953, pág. 84.

(2) «Grosseiro anacronismo seria que o cronista compreendesse a história como nós a compreendemos hoje». (Vide: Gonçalves Cerejeira, in-*Do Valor Histórico de Fernão Lopes*, Coimbra, 1925).

nando faz saber que «considerando como os homens bons de Guimarães foram sempre e são muito leais e verdadeiros e como se estremaram e aprestaram sempre para fazer serviços aos Reis nossos antecessores fazendo por eles mui boas façanhas e feitos assinados... como agora em no nosso tempo... nossa intenção e vontade é de lhes fazer muitas mercês... temos por bem e mandamos que os dessa vila que chamam do Castelo como dessa outra vila de Guimarães sejam todos um povo e um concelho» (1). Quer dizer: sem que o Cronista o assinale, a D. Fernando deve Guimarães, deve a Côrte dos primeiros reis, a unificação oficial dos dois núcleos de Mumadona, que integram e completam esta Terra venerável.

Num recente estudo sobre a *Administração Municipal de Lisboa durante a primeira dinastia*, Marcelo Caetano (2) apresenta, com estes traços, o último monarca afonsino: «jovem, formoso e rico (D. Fernando) sonhou desde a primeira hora sonhos de grandeza. A guerra para a qual não lhe faltou coragem pessoal, mas escasseava o génio de comando, atraiu-o logo». E dessa guerra (em que se gerou a Aliança) anota (3): «determinava a destruição de culturas, a falta de braços para a lavoura, a requisição dos produtos, a escassez de abastecimentos, o tabelamento dos géneros, o retraimento dos produtores, a alta dos preços»; e mais: «o rei gastou os tesouros, acumulados pelos seus antecessores e, premido pelas necessidades, não hesitou em quebrar a moeda».

Não nos interessa agora ponderar até que ponto é D. Fernando responsável pelas perturbações eco-

---

(1) *Vimaranis Monumenta Historica*, Guimarães, 1929, pág. 413.

Em outro pergaminho, datado de 18 de Junho de 1370, repete e confirma a mesma mercê: «que os da vila do Castelo e os da vila de fora do Castelo... sejam todos um povo», *ob. cit.*, pág. 415.

(2) Marcelo Caetano, *A Administração Municipal de Lisboa durante a 1.ª Dinastia*, Lisboa, 1951, pág. 103.

(3) *Idem*, pág. 105.

nómicas do seu reinado; até que medida as murmurações populares representam crítica legítima ou desvaio pelos sacrifícios e infortúnios que o sistema de longa guerra acarretava. Já Mussolini observou que não há « guerras sentidas ». A consciência dos interesses da Nação ainda hoje é, e porventura será sempre, mais lúcida e penetrante no escol das autoridades sociais ou políticas, do que nas massas, e melhor ainda na Instituição Real, na fina percepção dos Príncipes hereditários em estreito sincronismo com a continuidade secular da Pátria, na aguda advertência de José Maria Peman.

Interessa-nos, sim, verificar que já se presta justiça à coragem de D. Fernando para a luta e à grandeza do sonho que o impulsionava.

António Sardinha, com a sua intuição psicológica da história, antecipando-se, admiravelmente, à lição e à justiça da historiografia científica, concretiza com perfeição esse sonho de grandeza: « D. Fernando adivinha o perigo próximo da unificação dos outros reinos da Península e sente a necessidade de expansão, que se impõe a Portugal » (1). « Não lhe faltou o plano, nem a decisão », diz ainda (2). « Sem ele a expansão marítima não se inauguraria com tanta felicidade no reinado seguinte » (3). Assim foi.

D. Fernando deparou com o desenvolvimento do espírito nacional em crise, reflexo de um transe de ordem geral: o conflito entre o regime político senhorial e o alto burguesismo dos comerciantes dos portos, associado ao operariado das cidades, com alguns filhos de algo à mistura, — « um mundo novo se levanta » — testifica Fernão Lopes (4).

O monarca português é, neste momento confuso e anárquico, alvejado pela sátira anónima. Em epigramas: « ei-lo vai, ei-lo vem, de Lisboa para San-

---

(1) António Sardinha, *À Sombra dos Pórticos*, Lisboa, 1927, pág. 117.

(2) Idem, *Ao Princípio era o Verbo*, Lisboa, 1940, pág. 147.

(3) Idem, *Da Hera nas Colunas*, Coimbra, 1928.

(4) Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, cap. CLXIII.

tarém» (1), acusam-no de indeciso e até de pusilânime, quando D. Henrique de Trastâmara, depois de invadir o norte do País e cercar Guimarães durante a primeira guerra, passa de novo a Castela. Todavia a contradizer este motejo, indício de uma facção ou corrente que não quer ou não compreende a pequena guerra, a guerra a longo prazo, como a fazia o rei, de acordo com o seu conselho, confinando-a a escaramuças de fronteira,—de D. Fernando conhecem-se bem a bravura e os rasgos bélicos.

O casamento do Rei com D. Leonor Teles ia ser o pretexto para as expressões mais vivas de hostilidade aos homens da Corte, à hegemonia política da fidalguia agrária, a que pertencia a nova Rainha. O povo miúdo, manejado por aqueles que não sofriam a preponderância dos parentes e das muitas famílias nobres que acompanhavam D. Leonor, como quer Herculano (2), apontando como cabeças da oposição o infante D. Dinis e o velho Diogo Lopes Pacheco; a arraia miúda, os «ventres ao sol», incitados ainda pelos altos burgueses do comércio marítimo, inimigos de uma concepção estatal que lhes não quadrava, como vê António Sérgio (3); as gentes operárias, assim amotinadas e comandadas na sombra, juntam-se em magotes, investem armados contra os paços de el-rei, desencadeiam tumultos e depois vinganças, não só em Lisboa, mas «em outros lugares do Reino». Bem fez D. Fernando vindo para o norte.

A promoção de D. Leonor Teles a Rainha, independentemente do lado sentimental com que a história romântica a abocanha (um Rei também se pode enamorar, e D. Leonor era «louçã e aposta e de boom corpo», como diz Fernão Lopes) (4), independentemente deste aspecto, que nada teve de irregular,

---

(1) Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, cap. xxxvi.

(2) Alexandre Herculano, *Arrhas por foro de Hespanha, in-Lendas e Narrativas*, I, ed. definitiva dir. por David Lopes, Lisboa.

(3) António Sérgio, *Prefácio à Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes (Bibl. Histórica, Série Régia, Liv. Civilização).

(4) Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, cap. LVII.

porque não houve união antes do casamento, precedido da anulação do primeiro consórcio da Flor da Altura; a elevação à Majestade de uma fidalga portuguesa, apresentou, pelos menos, a enorme vantagem de evitar um matrimónio político com Castela e de nos aproximar, decididamente, de Inglaterra.

O que punha Portugal contra si mesmo era uma viragem capital da história: a dissensão de classes pela hegemonia social e política. Dissensão em que jogava Castela.

D. Fernando acode a tudo e quer harmonizar tudo: promulga, para fomentar a agricultura, as famosas leis das Sesmarias; e para desenvolver o comércio externo e os centros urbanos, a notável legislação protectora do navalismo, dos armadores de barcos, incluindo a cedência de direitos da Coroa e a novidade, a prioridade portuguesa dos Seguros marítimos.

Ainda ligado ao conceito terreal da Idade Média embrenha-se nas questões peninsulares, mas já solicitado pelo raiar da nova idade acelera e desenvolve a marinha e o mercantilismo naval até um limite extremo, quase inconcebível. O porto do Tejo mais parecia uma floresta de mastros: ancoravam nele uma média de 550 a 600 navios, sendo mais de metade portugueses.

Jaime Cortesão, em 1925 <sup>(1)</sup>, provou, com documentos inéditos, que D. Fernando conservava a soberania das ilhas Canárias, mantinha a navegação para esse arquipélago, nomeava um capitão-mor para aí (Lançarote Franqua) e fazia projectos de guerra contra o Sultão de Marrocos. É quase um precursor do Infante D. Henrique.

Sabem V. Ex.<sup>cias</sup> onde se encontram trasladados esses documentos que provam a conservação da soberania de D. Fernando nas Canárias? Numa carta de D. João I, confirmando a mesma soberania e dada, aqui, em Guimarães, a 8 de Novembro de 1385.

---

(1) Jaime Cortesão, *Comunicação feita à Academia de Ciências a 25 de Junho de 1925*. (Vide *Hist. do Regimen Republicano em Portugal*, vol. I, pág. 71; e Fortunato de Almeida, *Hist. de Portugal*, t. III, pág. 762).

Mas a principal providência de D. Fernando, no caminho das epopeias dos Descobrimentos, da expansão imperial, foi sem dúvida a Aliança, que em Tágilde, no Concelho de Guimarães, se inicia e, em Londres, se consolida (1372-1373).

Comemoramos, portanto, hoje, o 580.º aniversário da Aliança português-britânica, que constitui a linha mestra da nossa política externa: apoio da nossa tendência centrífuga em relação à Meseta hispânica e, em consequência, fiança da nossa cruzada dos mares, que nos fez um dos autores principais da história do mundo e Nação transoceânica, transcontinental.

O Rei Formoso, com os Tratados de Tágilde e Londres, individualiza-nos na Península como potência atlântica; e as contendas anti-castelhanas, condicionadas pelos textos primitivos da Aliança, desenvolvem o sentimento da Pátria, a consciência em nós do nacional e estrangeiro, o espírito de autonomia, que, falecido o Rei, e levada presa para Castela a Rainha Regente, orientará os portugueses na longa e dura guerra pela independência de Portugal.

\*

Cumpre-nos ver, em *pochade* rápida, os antecedentes próximos ou imediatos do tratado de Tágilde e logo explicá-lo no quadro exacto em que se gerou e frutificou.

A Guerra dos Cem Anos, ao começar o reinado de D. Fernando, deslocara-se para a Península. Desencadeava-se à volta dos dois irmãos rivais: D. Pedro I, o despojado da coroa espanhola, e D. Henrique de Trastâmara, o bastardo usurpador. Este, apoiado pela França; aquele pelos invasores ingleses. Mas D. Henrique, embora derrotado na batalha sangrenta de Najera, vence a D. Pedro, em Montiel, e, atraindo o irmão a uma cilada, mata-o num violento corpo a corpo.

Nesta altura, o monarca português, quer pelo nobre pensamento de vingar a morte do rei D. Pedro, quer por lhe convir adiantar-se às ambições do estado central da Península, quer por ambos os motivos e

ainda porque se lhe oferecia um ensejo único — o convite dos partidários do rei assassinado, dispostos a recebê-lo por Senhor —, declara guerra a D. Henrique, depois de concertar alianças com Granada e Aragão.

Em Junho de 1369, entra na Galiza e quase em passeio triunfal ocupa Tui e Corunha, que festejam a sua chegada. Na Corunha surge a esperá-lo João Fernandes Andeiro, «o mais honrado do lugar». Andeiro é o arguto e audaz fidalgo galego que o critério novelesco da história envolve em lendas eróticas, mais falsas do que certas, e que na realidade representa um alto papel no desenrolo da vida nacional: instalado, e bem visto, na Corte inglesa, é o negociador da Aliança; como depois, fixado na Corte portuguesa, será, já falecido D. Fernando, o odiado Chefe da aristocracia, que a classe média rural e a pequena burguesia secundam, na luta pelo poder desencadeada pela gente graúda do comércio marítimo (1).

---

(1) Sobre o *escandaloso* das relações entre o Andeiro e D. Leonor Teles, Eça de Queirós, em justiceira carta escrita a Oliveira Martins, um dos cultores da maledicência histórica, limitou-se a interrogar: «Estavas lá? Viste?». Não devemos esquecer, neste instante em que se relembra o nascimento da Aliança, que o Andeiro e D. Leonor deveram, originariamente, a má fama aos ajustes com a Inglaterra. Depois das negociações de Tâgilde e Londres, quando Andeiro retorna a Portugal, com a missão diplomática de confirmar e ampliar esses tratados, as condições de mistério que rodearam a embaixada, para despistar os agentes de Castela, vão dar lugar às interpretações caluniosas. D. Fernando (diz Fernão Lopes, no cap. CXV) «teve-o escondido em uma câmara de uma grande torre, que há no castelo daquele lugar (Estremós), onde el-rei costumava de ter com a rainha a sesta, para quando lá fosse de dia poder com ele mais encobertamente falar... falava com ele presente a rainha... e algumas vezes ficava a rainha só; e por tais falas e estadas a miúdo houve João Fernandes com ela tal afeição, que alguns que disso parte sabião cuidavam deles não boa suspeita... tudo o que depois se seguiu, que adiante ouvireis, daqui houve seu primeiro começo». Fernão Lopes, nesse tempo (1380), não estava também lá, nem tinha visto, nem sequer era nascido; quando, mais de meio século passado, escreveu a *Crónica de D. Fernando* já encontrou bem condimentado de maldades este passo da história da Aliança, que na forte nudez da verdade,

Com D. Fernando e o Andeiro vêm os primeiros Camões da Galiza para Portugal. Sem esta aventura, não seria português o cantor imortal dos *Lustadas* (1).

O Trastâmara invade Portugal. Cerca Guimarães. Mas os vimaranenses defendem-se com brio. O Rei português, num arrebatamento de batalhador, manda cartas à cidade do Porto, «que muito à pressa fosse feita uma ponte de barcas no rio Douro, por que ele e toda a sua hoste pudesse passar num dia porquanto a sua vontade era em toda a guisa ir pelejar com D. Henrique» (2). Mas o vencedor de Montiel, mal sabe que o monarca português já marcha em socorro de Guimarães e vendo que não podia tomar este inabalável burgo, levanta o assédio e retira para Castela (3). Foi como galardão desta

---

saído puro dos textos inintencionais, não é mais ou não é menos do que a ratificação, às ocultas de Castela, dos convénios primitivos de Portugal com o Duque de Lencastre e o Rei de Inglaterra: Tratados de Tágide e Londres. Mas eis como Oliveira Martins, com a magia do seu estilo, nos apresenta exagerada, a lenda, já de si deformadora dessa negociação diplomática, recolhida pelo Cronista: «A rainha e o Andeiro... fitaram-se um dia, e pelo espírito de ambos passou uma tentação. Nenhum tinha escrúpulos. Daí nasceram os amores; e do segredo da conspiração» — a conspiração era a Aliança —, «o adultério».

(1) José Filgueira Valverde, *No Solar Galego dos Camões*, in «Das Artes e das Letras» do *Primeiro de Janeiro*, de 10-VI-53.

(2) Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, cap. xxxv. O Cronista afirma que D. Fernando *estava dassecego* — muito sossegado em Coimbra, quando o Trastâmara, com esse impetuoso guerreiro Duguesclin, atacou Guimarães. Este *dassecego*, depois de nos relatar os feitos de armas de D. Henrique, aplicado à residência de D. Fernando nas margens do Mondego, é malícia impagável do Cronista. — anota, com razão Pinheiro Chagas. Simplesmente Fernão Lopes é neste ponto, averiguadamente inexacto. O Rei D. Fernando, quando lhe veio recado do assédio de Guimarães, estava em Lisboa, ou pelo menos em Abrantes, não em Coimbra. O eminente medievalista Costa Veiga, que isto apurou, conclui que Fernão Lopes não realizou nos arquivos aquelas minuciosas e exaustivas buscas que se têm induzido das suas próprias declarações. (Vide: A. Botelho da Costa Veiga, *Fernão Lopes, Alguns elementos para o estudo dos seus processos de investigação histórica*, 1910).

(3) Fernão Lopes, *loc. cit.*

resistência que D. Fernando uniu num só Povo e num só Concelho as duas partes de Guimarães.

Vem depois a paz de Alcoutim <sup>(1)</sup>. É no período que segue, de tréguas fictícias, após o casamento de el-rei com D. Leonor Teles, que a história regista a feitura do *Tratado de Tâgilde*.

Chega por esse tempo a Portugal a embaixada do Duque de Lencastre, João de Gante, filho de Duarte III de Inglaterra, o qual se intitulava Rei de Castela por haver casado com a filha primogénita do destronado D. Pedro <sup>(2)</sup>.

Sobre esta embaixada, que concertou com a Coroa portuguesa o nosso *Tratado de Tâgilde*, vamos contar, sucintamente, como do conhecido na história, passamos ao desconhecido.

Por Fernão Lopes <sup>(3)</sup> sabia-se que vieram como embaixadores do Duque um escudeiro inglês Roger Hoor e o cavaleiro galego João Fernandes Andeiro; que o tratado fora lavrado em Julho de 1372 *acerca de Braga*; e que as suas cláusulas determinavam, essencialmente, que D. Fernando e o Duque fossem

(1) Em Alcoutim estipulara-se, além da devolução das terras conquistadas, o casamento de D. Fernando com a infanta D. Leonor, filha de D. Henrique de Castela. Curioso é que esta condição foi para o Rei português «mui má de outorgar»; e que só se convenceu a isso depois que lhe disseram que juras desta natureza «não eram pera crer, que jurasse el foutamente este capitulo, ca não minguaría quem tomasse por ele o pecado deste juramento sobre si». (Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, cap. 53).

E de facto ele casou com uma D. Leonor, mas de Portugal e não de Castela. É interessante ver, na Carta de arras de D. Leonor Teles, como D. Fernando justifica este casamento: «a mui nobre D. Leonor descende da linhagem dos reis, e com ela têm dívedo grande de linhagem todos os grandes e maiores fidalgos dos nossos reinos; e porque recebendo seus parentes de nós honra, como é aguizado, sejam por elle mais teudos e obrigados de nos servir e ajudar a defender os nossos reinos».

Tal matrimónio foi mais regular que o anterior de D. Pedro com D. Constança, repudiada a sua primeira mulher D. Branca, ou que o posterior de D. João I, freire da Ordem de Cristo, com D. Filipa de Lencastre, sem dispensa de votos que só quatro anos depois o Papa lhe concedeu.

(2) Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, cap. 68.

(3) Idem, cap. 68.

verdadeiros amigos e, no caso presente, fizessem uma guerra simultânea, por duas frentes contra Castela: os anglos a norte e os portugueses a oeste.

Por Fernão Lopes (1) também se sabia que D. Fernando, pouco depois, mandara à Inglaterra uma embaixada ao Duque, sendo embaixador Vasco Domingues, chantre de Braga, com o fim de lhe requerer que jurasse e firmasse esse tratado, o que foi feito em Londres, nos paços de Saboia.

Rymer (2) esclarecia-nos ainda, por seu lado, que Vasco Domingues e João Fernandes Andeiro (os dois grandes homens da Aliança) levavam uma procuração do Rei de Portugal para fazerem alianças complementares com o Rei de Inglaterra Duarte III, com o Príncipe de Gales, etc.

Dado o prestígio de Fernão Lopes, todos os autores, sem discrepância, aceitavam o teor da sua narrativa.

Assim passou a ser vulgar falar-se do *Tratado de Braga* de 1372, entre D. Fernando e o Duque de Lencastre.

Só em 1949 pudemos dar a conhecer o verdadeiro e completo conteúdo do Tratado; decidir, no campo documental, sobre o lugar e dia exactos da sua assinatura; precisar o que a sua matéria fornecia como subsídio para a história (3).

Publicamos, nessa data, precedidos de um breve estudo preambular, a transcrição paleográfica e a fotocópia do diploma, cujo paradeiro nos tinha sido indicado por Russel, que nos encaminhou para os Arquivos do Ducado de Lencastre, no *Public Record Office*, a Torre do Tombo Londrina, onde efectivamente se encontrava (4).

---

(1) Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, cap. 68.

(2) Rymer, *Foedera*, etc., vi, pág. 754; Cf. Visconde de Santarém, *Quadro Elementar*, xiv, pág. 55.

(3) Sérgio Silva Pinto, *O Primeiro Tratado de Aliança Anglo-Português — Tratado de Togilde de 10 de Julho de 1372*, Braga, 1949 (Sep. do *Boletim do Arquivo de Braga*, 1, n.º 12, 1949).

(4) Ver nosso *est. cit.*, pág. 8.



PADRÃO INAUGURADO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES,  
NA FREGUESIA DE TÁGLIDE, NO DIA 12 DE JULHO DE 1953,  
COMEMORANDO A ASSINATURA DO 1.º TRATADO DE ALIANÇA  
ANGLU-PORTUGUÊS

(Da Rev. «Gil Vicente»)

Com aquele nosso citado trabalho, ficava-se a saber, entre outros pormenores:

1.º — Que o Tratado foi firmado em 10 de Julho de 1372, como Russel já informara (e não em Agosto como sugerira Braancamp Freire).

2.º — Que ele foi celebrado na Igreja de S. Salvador de Tãgilde, no termo de Guimarães (e não em Braga, como diziam todos, nem *acerca de Braga*, como escreveu Fernão Lopes).

\*

VALOR DO TRATADO DE TÀGILDE — Escrevemos algures que ele era o *primeiro tratado político anglo-português e proémio de uma Aliança quase seis vezes secular*, a mais duradoura entre potências europeias.

Dissemos *primeiro Tratado político anglo-português e proémio da Aliança luso-britânica*, sem receio que nos objectassem não ser uma convenção entre Estados (o Duque de Lencastre não era a Coroa inglesa); ou constituir antes um instrumento português-castelhano (João de Gante, já o referimos, nomeava-se Rei de Castela).

Tais objecções não teriam consistência.

Fernão Lopes, quem mais de perto ajuizava, escreveu que D. Fernando, com este tratado *acerca de Braga*, «fazia liança com os ingleses»; e o *Tratado de Londres*, de 16 de Junho de 1373, concluído com a própria Coroa inglesa, na pessoa de Duarte III, expressamente salienta, como precedente que o inspira e determina, as ligações de Portugal com o Lencastre, o que seria absurdo se não fossem autênticas ligações oficiais português-britânicas.

Além disso o *Tratado de Tãgilde* originou guerras com Castela, contraditórias, se, de facto, fosse luso-castelhano e não, como é, luso-inglês (1).

(1) Ao constar-lhe as negociações da Aliança, D. Henrique de Trastâmara, incitado por Diogo Lopes Pacheco, um português ao serviço de Castela, invade súbitamente Portugal. D. Fernando, perdida a esperança de receber a tempo a ajuda inglesa e atraído por muitos (em Viseu o infante D. Dinis e outros nobres juntaram-se ao Rei castelhano, graças aos

O nosso *Tratado de Tãgilde* é, pois, a fonte primeira da Aliança.

Vale, assim o dissemos na Revista português-brasileira *Scientia Iuridica* (2), como monumento de Direito Internacional Público, porque se não baseia na simples vontade de príncipes, mas possui fundamento objectivo. Tem, sim, um alvo particular: fazer a guerra justa ao usurpador, mas implica a resistência comum aos danos do inimigo. Do lado inglês, há o desejo de conquista, sublimado pelo princípio de intervenção armada em caso de usurpação de poder; do lado português, apoia-se na ética dos Estados se protegerem mutuamente quando, a um deles, um terceiro ofende ou se prepara para ofender (1).

Mas, de uma e de outra banda, parece inspirado na intuição, que hoje constitui uma corrente, de que os povos, com interesses análogos, se devem agrupar em uniões jurídicas para se prestarem reciprocos serviços.

Certo é pertencer o *Tratado de Tãgilde*, na linguagem dos internacionalistas, à categoria dos tratados especiais. Não formula regras gerais de aplicação, não cria preceitos jurídicos, nem é aceite por um grande número de Estados. Mas supõe e aplica princípios básicos e concorre para a determinação

aliciamentos do Pacheco, quando esteve em Portugal a coberto da sua qualidade de plenipotenciário de Castela)—D. Fernando, coagido, acede a negociar a paz. Lavra-se o *Tratado de Santarém* (Março, 1373).

Ora os compromissos tomados com a Inglaterra eram incompatíveis com os actuais. Pois bem: o Rei Formoso procurará manter as pazes com o Rei castelhano, sem quebras provocantes do *diktat* de Santarém, mas também, e com êxito, diligenciará sustentar a Aliança inglesa, com a ideia numa futura guerra de desafronta e reabilitação (guerra que foi a de 1381, em que nos pertenceu impor as condições de Paz).

(1) Sérgio da Silva Pinto, *Tratado de Tagilde de 10 de Julho de 1372—Subsídio para a História das Relações Jurídico-Políticas Anglo-Portuguesas*, Braga, 1952 (Sep. da rev. *Scientia Iuridica*, ano II, f. 6.<sup>a</sup>).

(2) No *Tratado de Londres* assinala-se a tendência absorvente de Castela: «as invasões hostis e tirânicas de Henrique... que injustamente se intitulava pretendente à Coroa de Portugal».

do nosso Direito Internacional Público,—*nosso* porque nos abrange no seu império geográfico, visa os nossos interesses e direitos, pauta o nosso procedimento, e porque na tarefa da sua formação ou fixação participamos.

É «uma carta de amizades e lianças para sempre valedoiras». A intemporalidade desarticula-o de uma hipótese especial, e dá-lhe um carácter de inclinação que se concretiza nas regras gerais, claras e terminantes, do *Tratado de Londres* do ano seguinte entre os dois reinos.

Regras condensadas nesta passagem:

«como fieis e verdadeiros amigos serão perpétua-  
mente amigos de seus amigos e inimigos de seus  
inimigos, mantendo-se e sustentando-se reciproca-  
mente por terra e por mar contra todos e quais-  
quer homens de qualquer condição . . . ».

É esta a letra do Tratado que ainda hoje vi-  
gora (1).

Dois textos tão unidos, fecundos e condutores,  
— o de *Tágilde* e o de *Londres*, o primeiro prefácio  
do segundo, este desenvolvimento e ampliação da-  
quele, bem haja a ideia de os comemorar jubilosamente,  
nesta data, e em Guimarães, síntese viva e  
imagem da Pátria.

O eminente académico brasileiro Gustavo Bar-  
roso, ao visitar Guimarães e ao contemplar a pia de  
granito onde se diz ter sido baptizado D. Afonso  
Henriques, viu, segundo diz em discurso memorável,  
«daquela pia primitiva, como de uma cornucópia  
fantástica, saírem capelas e igrejas, catedrais e mos-  
teiros, castelos e palácios, cruzes e brasões herál-  
dicos, que se fincaram em todas as praias do mundo;

---

(1) Em Maio de 1952, com data de 12 e procedência de Londres, a agência *Reuter* anunciava que Anthony Nutting, Subsecretário dos Negócios Estrangeiros, interrogado, na Câmara dos Comuns, sobre as revisões feitas no Tratado Anglo-Português de 1373, respondera que este nunca fora revisto. Tinha sido confirmado em Tratados posteriores num certo número de ocasiões. (Ver *Comércio do Porto*, de 13 de Maio de 1952).

e a sua água benta cresceu, cresceu, alastrou pelos mares, levando a todos os horizontes aquelas naus de velas condecoradas pela Cruz da Ordem de Cristo, descobridores de oceanos, de continentes e constelações, que semearam por toda a parte outras pedras: marcos do Império, padrões dos achados, muralhas de abrigo e de defesa, paredes de hospícios e de escolas, silhares de templos, torres sineiras, chamando os gentios à oração e com a grimpá luminosa da cruz apontando a amplidão do céu» (2).

Parafraseando Barroso, dessa pia primitiva — que visiono, não na capelinha de S. Miguel, construção já do século XIII, mas no Mosteiro antigo de Muma-dona, ao lado do palácio do conde D. Henrique (1)—, dessa pia de pedra de Guimarães, eu vejo sair a água lustral que não só baptizou Rei, Monarquia e Nação Portuguesa, mas também, espalhada pelas igrejas românicas do termo vimearanense, terra-sím-bolo dos arqui-avós de lusos e britânicos, em Tã-gilde, baptizaria a atlanticidade do nosso destino e a Aliança dos dois grandes Povos, português e anglo-saxónico, a um tempo europeus e ecuménicos, criadores de mundos, fazedores da história, — Aliança de espaço e posições geográficas e, o que mais é, de valores de cultura e de civilização, valores que eternamente valem.

Portugal! Inglaterra!

Um grande depósito das nossas tradições nos ilumina, inspira e irmana.

Depósito sagrado, que o tempo não destrói, e nos fala da alma guerreira dos nossos Povos, e onde se escuta ainda, ressoando de colina em colina, de vale em vale, os tropéis de batalha, o clangor das trom-

---

(1) Gustavo Barroso, *Portugal semente de Impérios*, Editora Getúlio Costa, Rio de Janeiro, págs. 258-259.

(2) Vide: Manuel Monteiro, *O Românico Português, Sobrevivências Vimearanenses*, in-*Revista de Guimarães*, vol. 58.º e Mário Cardozo, *A propósito do Centenário da «Cidade» de Guimarães e do Milenário da sua existência*, Guimarães, 1953.

betas, o brado de alerta pelos nossos destinos de Nações livres, hostis, ontem e sempre, a um mundo sem beleza e sem liberdade.

Arquivo, que guarda os pergaminhos do nosso heroísmo cheio de ideal, sempre viril, forte, batalhante, mas de preferência activo, laborioso na paz.

Memória viva, donde, como de livro gigantesco de iluminuras, povoado de imagens, caminham para nós, em cavalos de ferro, os guerreiros anglos que assistiram ao nascimento da Monarquia, e, em nossa Pátria, tocados de candura cristã, implantaram as cruzes de S. Jorge ou desenvolveram, — como em S. Jorge de Selho, não longe daqui, — o culto desse batalhador celeste, a atestar a nossa comunhão de armas, mesmo antes que em toda a Inglaterra e em todo o Portugal, em tempos dos tratados de Tãgilde e de Londres, de D. Fernando e de Duarte III, se gritasse:

St. George for England!  
Portugal, S. Jorge!  
Portugal! Inglaterra!

Um grande depósito, um grande relicário terreal das nossas tradições, nos ilumina, inspira e une:

Guimarães, mãe augusta de Portugal, berço admirável da Aliança!

---

Encerrou a Sessão o Sr. Governador Civil, com as seguintes palavras:

Ex.<sup>mo</sup> Sr. Cônsul Geral de Inglaterra.

Meus Senhores:

Encontramo-nos no riquíssimo e lindo Concelho de Guimarães.

A sede deste concelho, antiquíssima vila e hoje cidade de Guimarães, tem a glória de ser o berço do primeiro rei de Portugal e onde esse príncipe, ainda muito jôvem, e que veio a ser um herói de muitas façanhas militares, travou uma arro-

jada batalha, que foi o primeiro grande passo para a conquista da independência desta Nação.

Tem o concelho de Guimarães, além desta suprema glória, outras tradições muito honrosas. — E, entre essas, merece ser assinalado o facto que hoje viemos aqui comemorar: a assinatura no local que há pouco pisamos, em Tágilde, do primeiro tratado de aliança e amizade celebrado entre Portugal e a Inglaterra no séc. xiv.

Como tem sido notado, nunca, na história do Mundo, um tratado de aliança teve tão longa duração.

E para Portugal é esse facto motivo de legítimo orgulho, não só por aquela circunstância, mas pela honra de ser aliado duma nação que tem sido criadora e orientadora de outras nações, que criou o mais vasto império do mundo, e que pela sua civilização e cultura tem sido sempre modelo de povos.

A nação portuguesa tem procurado, através da história, honrar também o seu nome.

Percorreu mares desconhecidos; descobriu novas terras; cristianizou e civilizou povos; e também criou um vasto império.

Criou uma nova e grande Nação, que é o Brasil.

A grande Inglaterra nunca teve motivos para se arrependeu da aliança connosco; e tanto que, no decurso de 6 séculos não denunciou os tratados.

Sr. Cônsul Geral de Inglaterra:

Eu quero saudar na pessoa de V. Ex.<sup>a</sup> a grande nação aliada e amiga, e quero também saudar a Família Real Inglesa, e sobretudo a sua jóvem e graciosa Rainha, há pouco coroada, e a quem o povo português deseja um felicíssimo reinado.

---

## Segunda Conferência

Pelo SR. PROF. DOUTOR LUÍS DE PINA

---

Presidiu o Sr. Presidente da Sociedade Martins Sarmiento, Coronel Mário Cardozo, ladeado pelos Srs. Alberto Vieira Braga e Dr. Augusto Cunha, Presidente da Câmara Municipal.